

Ainda estão rolando os dados

Rachel Lima *

Abstract

This word intends to analyse the configuration of the Literary studies' field in Brazilian academic life during the last three decades. The essay will focus, however, the discussions that have been recently carried out concerning the validity of comparative and multicultural approach of the Literary criticism produced in this country's universities.

Key-Words: Literary criticism, Comparative Literature, Cultural Studies.

que são as Letras, senão essa mental busca, levada adiante, enquanto discurso, a fim de definir ou de mostrar, em relação a si próprio, que o espetáculo corresponde a uma imaginativa compreensão, na esperança de aí se mirar?

Mallarmé

* Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFJF.

Buscando definir as regras imanentes à criação artística, interesse que historicamente se manifesta desde a Antiguidade, Pierre Bourdieu parte da análise da configuração do campo intelectual francês no período em que se atinge o seu maior grau de autonomização – momento da emergência do culto da “arte pela arte”. As transformações sociais decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas desestabilizavam, de forma inédita, ao final do século XIX, a posição do artista, obrigado a optar entre a submissão ao mercado e aos salões da burguesia e o engajamento nas causas políticas. A recusa à adesão a qualquer uma dessas alternativas só se mostraria viável com a criação de uma instância paralela de consagração da obra de arte. De acordo com Bourdieu, Baudelaire teria percebido como nenhum outro a nova configuração do campo intelectual, após a intervenção de uma vanguarda que alteraria as posições já nele definidas: o “verdadeiro” valor do escritor não seria garantido por seu empenho na esfera política ou pelo mercado e, tampouco, estaria associado à “nostalgia ingênua do retorno a um mecenato aristocrático à maneira do século XVIII”,¹ mas sim pelo reconhecimento dos seus pares. A renúncia às glórias do presente é percebida pelo poeta como a única alternativa para a manutenção da sua dignidade. A valorização do escritor não seria conseguida de forma imediata, mas apenas através de uma demanda latente que seria satisfeita a longo prazo. Nesse processo, a crítica assumiria um papel importantíssimo, se conseguisse se desprender da noção de valor baseada em critérios biográficos ou documentalistas. A abertura da crítica para a valorização do trabalho de construção da linguagem contribuiria para a remuneração, a longo prazo, dos escritores “puros” e para a canonização de uma literatura que pressupõe que a revolução ética deve se realizar, sobretudo, esteticamente. Paradoxalmente, é da autoridade conquistada por essa postura que, num estágio avançado de autonomia do campo, um escritor como Zola pôde intervir na política, defendendo os valores forjados em seu próprio universo. O escritor “puro” consumou, segundo Bourdieu, a invenção do intelectual.

Assim como o conceito de vanguarda, o conceito de campo intelectual, como definido pelo sociólogo francês, assume uma concepção militarizada, em que os vários setores da *intelligentsia*, longe de adotarem uma feição monolítica, assumem posições diversificadas, numa arena em que se luta pela conquista da hegemonia. Ao final do século XX, pode-se dizer que, depois de consagrada, a instância paralela de legitimação dos valores defendidos pelos poetas modernos, que inclui as diversas instituições responsáveis pela produção, divulgação, distribuição e recepção, começa também a apresentar suas fissuras. O atual questionamento da noção fetichista de literatura “pura”, ontologizada pela idéia do sacrifício do escritor que, como um Deus, cria um mundo mais real do que o real, salvando a palavra da corrosão instaurada por uma história corrompida, aliado à impossibilidade de se garantir, hoje, a reprodução de um olhar capaz de abarcar toda a história do campo intelectual, transforma o estatuto da obra de arte e da crítica contemporâneas.

1 BOURDIEU. *As regras da arte*, p.84.

Paradoxalmente, tal transformação se deve ao próprio processo de autonomização da literatura, traduzido tanto pelo crescimento do número de instituições e de pessoas inseridas no circuito de produção e recepção das obras, quanto pelo estabelecimento das matrizes disciplinares dedicadas ao seu estudo, ocorridos a partir do final dos anos 60 do século XX. Nesse período, no Brasil, o atendimento às demandas colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo em sua fase mais avançada, teve como resultados a reforma e a modernização do sistema de ensino, que, simultaneamente, integrou às universidades um grande e heterogêneo contingente de alunos e professores, detentores de um capital cultural bastante diversificado, e institucionalizou o estudo especializado da literatura, através de quatro ações básicas: a separação das Faculdades de Letras das Faculdades de Filosofia, a criação dos cursos de pós-graduação, a obrigatoriedade do oferecimento de cursos de Teoria da Literatura e o aumento da carga horária curricular, destinada ao estudo da Literatura Brasileira.

Se, nos anos 40 e 50, a luta no campo da literatura se dava entre os defensores da crítica universitária, que começava a apresentar os seus primeiros frutos, e a dileitante crítica do rodapé, nas duas décadas seguintes, as batalhas seriam travadas basicamente no interior da academia. Incapaz de acompanhar as experiências metalingüísticas de alguns autores que radicalizariam as propostas da literatura moderna – como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, por exemplo – e de competir com os novos meios de comunicação que passariam a dominar o mercado cultural brasileiro, a crítica de rodapé cederia o lugar às análises formalistas dos críticos especializados, que, cada vez mais, se distanciariam do público leitor de jornais.

Podemos situar nos anos 70 o momento áureo da autonomia dos estudos literários e de sua participação mais concreta no projeto da modernidade. A necessidade de demarcação de um espaço independente de atuação se explicita através da insistência em fundamentar “cientificamente” a análise da obra, voltada para a recuperação dos elementos intrínsecos que caracterizariam a sua “literariedade”. As abordagens imanentistas predominantes no Rio de Janeiro e, de forma mais matizada, em Minas Gerais, preconizavam uma leitura hermenêutica fundamentada pela objetividade e pela desvinculação do texto à história. Mesmo na Universidade de São Paulo, onde prevaleciam as abordagens de cunho mais sociológico, a tentativa de se estabelecer uma “tradição literária brasileira autônoma” acabou privilegiando a obra modernista, que, de acordo com as também idealistas teorias luckacsianas, conseguiria eliminar a polaridade estabelecida entre forma e conteúdo. A história via-se, assim, reduzida à prática da metalingüagem dos escritores-críticos.

A partir da segunda metade da década de 80, já começam a se fazer notar algumas mudanças na produção da crítica literária acadêmica. Se a Teoria Literária, em seu primeiro momento, conseguiu desnaturalizar o conceito de literatura adotado pelo senso comum, num segundo momento, colocaria em xeque os seus próprios pressupostos, ao levar ao limite a noção de arbitrariedade da relação do significado e do significante, desenvolvida pela mesma lingüística saussureana que embasou os estudos formalistas.

O questionamento do conceito de símbolo, que durante tanto tempo sustentou a mística do escritor enquanto criador da obra clássica, capaz de aludir a uma essência atemporal, abre caminho para o entendimento de qualquer texto como um diálogo entre vozes diferentes, como assegura Bakhtin, ou como *alegoria*, como quer Walter Benjamin – um espaço de proliferação infinita de diferenças, de permanente dissociação entre o significado e o significante. A revelação do caráter parcial e transitório de qualquer interpretação opera um descentramento, em que o significado deixa de ser imanente ao texto, passando a ser produzido no próprio ato da leitura.

Tais noções transformariam também a compreensão da história, aí incluída a história da literatura, que se produz através da recepção, acadêmica ou amadorística, das obras. Afinal, ao propor o deslocamento da atenção do historiador do acontecimento para o discurso, o que Michel Foucault denuncia é o fato de que a separação entre as palavras e as coisas é uma ilusão metafísica promovida pelo idealismo filosófico. Se as palavras estabelecem, desde sempre, uma relação contratual com os objetos, como asseguram as correntes lingüísticas que defendem o caráter arbitrário do signo, não há lugar para a nostalgia do Nome, ou da origem, e as coisas passam a ser consideradas apenas como correlatos das práticas discursivas. Ao recusar a ilusão do “objeto natural” da verdade, Foucault reconfigura o papel do historiador como sendo o de correlacionar e de interpretar a diversidade de objetivações construídas ao longo do tempo. Assim, “a história se torna a história do que os homens chamaram como verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”. Resgata-se, dessa forma, a noção de historicidade da própria História, que deixa de ser percebida como uma disciplina capaz de reconstituir os fatos tal como eles realmente ocorreram, passando as pesquisas a incidirem sobre o processo através do qual algumas versões dos fatos se consagraram como verdade. E só se pode interpretar o modo como isso se deu através do recurso à textualidade, o que reitera o caráter também discursivo da prática historiográfica.

A “nova história” ou a “história das mentalidades” coloca em evidência a narratividade dos discursos das ciências humanas, construídos, quase sempre, através de sedutores artifícios retóricos que cumprem a função de preencher as lacunas que remanescem após a articulação dos vestígios documentais, produzindo um “efeito de real”, uma espécie de “ficção”, que procura sempre atualizar a resposta à nossa identidade. À “desconfiança” em relação à autenticidade do documento, agora entendido apenas como “resto de argumentos”, corresponde, sintomaticamente, uma “dilatação” do seu campo, com a inclusão dos relatos orais e imaginários, que contribuem para configurar a abordagem contrapontual, tal como definida por Lezama Lima. Ao defender o ativamento da noção de “sujeito metafórico” e a potencialidade construtiva dos processos analógicos que regem a memória como instrumento de luta contra a alegada objetividade e linearidade da história dos dominantes, o escritor e crítico latino-americano, já na década de 50, apontava para o rompimento das hierarquias disciplinares, para a inevitável (e até desejável) inserção do sujeito em qualquer prática intelectual e para a necessidade de se produzir uma história que rompesse com a diacronia e instaurasse uma

“causalidade retrospectiva”.² Instituir-se-ia, assim, o que Paul Veyne viria a chamar como o “primado da relação”, um recurso “para fazer desaparecer as racionalizações, que renascem, incessantemente”,³ tornando-se explícito o pacto estabelecido entre conhecimento e poder, entre racionalidade científica e fixação de identidades. A reorganização dos saberes aponta para uma prática transdisciplinar, em que todos os campos cognitivos podem e devem ser mobilizados na produção de uma história que se quer geral, justamente porque reconhece o caráter de construção e de incompletude de toda interpretação. Correlacionar é, pois, interferir na pragmática dos discursos, sem escamotear os conflitos inerentes a toda prática intersubjetiva.

Diante desse quadro epistemológico, no terreno dos estudos literários a ênfase passa a recair sobre a perspectiva comparativista, que procede não pelo estabelecimento de relações de homologia, como ocorria na década de 70, mas através de associações e analogias, abdicando dos conceitos de continuidade espaço-temporal e de constituição orgânica da obra de arte, categorias que, conforme lembra Paul Veyne, “são a última sobrevivência das origens da história como o repositório das lembranças nacionais ou dinásticas”.⁴ Abandona-se, ainda, a forma do tratado, assumida pela pretensão de objetividade científica dos trabalhos da década de 70, revitalizando-se uma forma subjetiva como o ensaio, agora despojado da intenção fundacional que lhe era característica nos anos 30. A reabilitação do comparativismo evidencia o declínio da ambição analítica totalizante, através da opção por uma nova forma de se recortar o “corpus” das pesquisas, que deixam de se dedicar ao deslindamento e à análise de todos os fios que compõem uma única obra, voltando-se para perspectivas temáticas, em que assumem importância crescente o estudo das relações intersemióticas e interculturais, sem submissão a uma hierarquia de valores, e o resgate do imaginário produzido por estratos sociais que foram colocados à margem da historiografia oficial, interessada na edificação de uma imagem homogênea da nação.

Essas tendências começaram, há pouco tempo, a incomodar alguns representantes das posições que detinham a hegemonia no universo acadêmico da área de Letras no Brasil. O conflito veio à tona no *V Congresso Internacional Abralic*, ocorrido em 1996, com a intervenção de Leyla Perrone-Moisés e Luiz Costa Lima. A reação se faz através da crítica à incorporação de teorias estrangeiras que instaurariam o reino do relativismo cultural, traduzido no “vale-tudo”, na submissão dos estudos literários a um “ecletismo” sem rigor, e na pressão pela revisão e rearticulação apressada do cânone literário. Na berlinda, os estudos baseados na interrelação das categorias de cultura, gênero e raça, importados da crítica norte-americana, que, presumivelmente, acabariam por impor a lógica da valoração calcada nos critérios politicamente corretos também na crítica brasileira. Como era de se esperar, parte significativa da comunidade acadêmica do país, resistente ao abandono da crítica formalista, que lhe oferece a ilusão de poder continuar a ocupar um espaço socialmente

2 LIMA. *A expressão americana*, p.47-77.

3 VEYNE. *Como se escreve a história*.

4 *Ibidem*, p.145.

legitimado em função da alegada e não comprovada especificidade da literatura, tem corroborado os ataques aos estudos culturais.

Tal posição não apresenta, entretanto, uma fundamentação consistente com as reflexões que vêm sendo produzidas mais recentemente e que não desprezam as ambigüidades das estratégias utilizadas pelos movimentos das minorias, traduzidas ora pela incorporação dos valores emancipatórios próprios ao discurso da modernidade – recaindo novamente na política essencialista das identidades fixas –, ora pela adoção dos valores pós-modernos, “em que os discursos das representações de grupos, de raças e de classes buscam situar-se nos espaços inter e intra-grupos, numa postura cética quanto a qualquer pretensão de totalidade”.⁵ O grande mérito da exposição dessas contradições deriva do fato de que ela evidencia o caráter interessado e o envolvimento subjetivo dos indivíduos na construção dos discursos e das instituições, desnaturalizando a dissociação estabelecida entre teoria e práxis, que suprimia o conflito e instituía uma teleologia, em nome do ideológico conceito de ciência.

Ao contrário do que afirma Leyla Perrone-Moisés, no livro em que articula as críticas lançadas no referido congresso,⁶ é possível, sim, mudar a história passada. Afinal, deslocar-se no tempo e no espaço, construindo significados através das pesquisas comparativistas de cunho temático significa assumir a convicção de que a história está sempre em aberto, de que há uma multiplicidade de itinerários, que, em última instância, enunciam a emergência do aleatório e do acaso, pois, como nos lembra Paul Veyne, “os fatos só existem num enredo e o recorte dos enredos é livre”⁷.

Voltando à análise de Bourdieu, devemos lembrar que, descartados os pressupostos formalistas, o sociólogo entende a literatura como *illusio*⁸ e não como uma mera ilusão, posição defendida por Terry Eagleton⁹ para defini-la como prática cultural específica de determinadas comunidades interpretativas, e que foi objeto de deturpação na obra de Leyla Perrone-Moisés. Na *illusio*, está configurado todo um espaço de *jogo*, um espaço que oferece aos escritores a possibilidade de encenar um espetáculo que lhe facilite a compreensão de si e do mundo, “uma forma de realização de seus desejos”,¹⁰ legitimada pela crença coletiva no caráter sagrado não apenas da literatura, mas da própria luta travada no campo intelectual, em nome dela. A questão que se coloca na contemporaneidade refere-se, por conseguinte, à dificuldade de se instaurar essa crença coletiva, após desmistificados os fundamentos teológicos que há muito conferem à literatura o sentido de sua existência. Estaria ela, como anunciam os seus apocalípticos guardiães (dentre eles, por incrível que pareça, o próprio autor de *As regras da arte*), prestes a sucumbir frente a um relativismo subjetivista que abole as hierarquias estabelecidas entre a alta e a baixa cultura?

5 COSTA. *Crítica literária e estratégias de gênero*, p.155.

6 PERRONE-MOYSÉS, 1998, p.198.

7 VEYNE. *Como se escreve a história*, p.147.

8 BOURDIEU. *As regras da arte*, p.258-261.

9 EAGLETON. *Teoria da literatura: uma introdução*.

10 BOURDIEU. *As regras da arte*, p.259.

A resposta talvez não seja tão positiva quanto pode parecer. É o que nos sugere o próprio exemplo oferecido por Bourdieu como base para a sua argumentação, ao recuperar uma citação de Mallarmé, em que o poeta assume conscientemente a definição da literatura como um jogo ficcional, que necessita da crença de todos os parceiros em sua veracidade para assegurar a sua existência. Assim como tal compreensão não constituiu para o autor de *Un coup de dés* um empecilho para a continuidade de sua atividade literária, nada nos leva a crer que essa atividade esteja em declínio hoje. A literatura continua existindo porque o desejo persiste em sua infinita busca de satisfação, e a fruição possibilitada pela encenação de um outro mundo segue sendo experimentada tanto pelo escritor quanto pelo leitor. Fetichismo deliberado, dirá Bourdieu (1996, p. 309). Metaficção historiográfica, dirá Linda Hutcheon, defendendo o potencial crítico de um tipo de produção cultural que reconhece e “demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história discursivamente estruturada”.¹¹

Seja como for, o mundo das letras continua em movimento. Agora, talvez, não apenas em nome do simples “prazer literário”, mas também em nome das possibilidades abertas à ação, ao se perceber que a literatura faz parte de um jogo muito maior, no qual, assim como em outras esferas de conhecimento, o poder se coloca como questão central. Um jogo do qual todos nós fazemos parte, que não pretende agora assumir nenhuma transcendência ou valor universal e que, por isso mesmo, insiste em apontar a necessidade de nos colocarmos em campo, estabelecermos as apostas e continuarmos lançando os dados.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Vera Maria de Queiroz. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC-RJ, 1995. (Tese, Doutorado em Literatura Brasileira).
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Selma Tannus Muchail. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LEZAMA LIMA, José. *A expressão americana*. Tradução de Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988.

11 HUTCHEON. *Poética do pós-modernismo*, p.158.

LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1997. (Tese, Doutorado em Literatura Comparada)

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3.ed. Brasília: UnB, 1995.